

EDITAL DE CHAMAMENTO CREDENCIAMENTO Nº 005/2025	
(Regido pela da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelo decreto regulamentar nº Decreto Municipal nº2405/2024 e demais legislações aplicáveis).	
Setor/Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, LAZER E JUVENTUDE
Tipo:	CREDENCIAMENTO
Objeto:	CREDENCIAMENTO PARA A CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE CARÁTER PROVISÓRIO PARA PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS, COM INTUITO DE REALIZAR EXPLORAÇÃO COMERCIAL DAS ÁREAS DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E DEMAIS COMÉRCIOS DE PEQUENO PORTE, NO EVENTO “ANIVERSARIO DA CIDADE 2025”.
Das habilitações:	Os interessados deverão comparecer na Secretaria de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude, situada na Avenida dos Lagos, 2602, Jardim Parque das Águas Telefones:(66)9.9996-4683 Horário de atendimento: das 7h00min às 13h:00min, munidos dos envelopes contendo os documentos mencionados no Edital, até o dia 07/05/2025 até às 12h00min;
SESSÃO PÚBLICA PARA SORTEIO DOS CREDENCIADOS HABILITADOS	
Dia:	08/05/2025
Hora:	09h30min (horário de Cuiabá-MT)
Local:	Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala do Setor de Licitações)
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO	
Dia do Evento:	10/05/2025 (sábado) à 12/05/2025 (segunda-feira)
LOCAL:	Avenida dos Lagos, Arena Multi Eventos.
RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET	
Retire o Edital acessando a página https://primaveradoleste.mt.gov.br/ , local “EMPRESA – Editais e Licitações” .	

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE, com sede na Rua Maringá, 444, Centro, no âmbito de suas atribuições legais, e em conformidade com a termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelo decreto regulamentar nº Decreto Municipal nº 2405/2024, pela Lei Municipal 1.484 de 15 de outubro de 2014 e pelo Decreto Municipal 2.527 de janeiro de 2025 torna público, para conhecimento dos interessados que a **Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude - SECULT**, estará recebendo, as inscrições para a contratação por **CREDENCIAMENTO**, de pessoa física e/ou jurídica para a concessão de permissão de caráter provisório, com intuito de realizar **exploração comercial das áreas da praça de alimentação, bebidas e demais comércios de pequeno porte**, no evento “ANIVERSARIO DA CIDADE 2025”, a ser realizado no dia 10 de maio de 2025 ao dia 12 de março de 2025, na Arena Multieventos de Primavera do Leste-MT, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

Os interessados deverão comparecer na Secretaria de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude, situada na Avenida dos Lagos, 2602, Jardim Parque das Águas Telefones:(66)9-9964-683 Horário de atendimento: das 7:30h às 13h e das 13:30h às 17:30h, munidos dos envelopes contendo os documentos mencionados no Edital, do dia xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx até às **17h30min;**

A sessão pública de sorteio dos credenciados habilitados será 08/05/2025 às 007h30min. Local: Auditório de licitação, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Maringá, nº 444, Centro, Primavera do Leste/MT.

Esclarecemos que a inscrição para a autorização não assegura o credenciamento junto à Administração, constituindo, entretanto, elemento indispensável para análise administrativa que avaliará a inclusão, ou não dos candidatos.

LOCAL: Setor de Licitações, localizado no Paço Municipal de Primavera do Leste, na Rua Maringá, 444, Centro, Primavera do Leste - MT.

O presente Edital e seus anexos, bem como quaisquer **esclarecimentos** aos seus termos, serão obtidos na Secretaria de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude, de Segunda à Sexta, das 07h às 11h das 13h às 17h, pelo email: secultpva@gmail.com, bem como pelo site <https://primaveradoleste.mt.gov.br/>. - ícone “EMPRESA” - “Editais e Licitações”.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital o credenciamento para a concessão de permissão de caráter provisório para pessoas físicas e pessoas jurídicas, com intuito de realizar **exploração comercial das áreas da praça de alimentação, bebidas e demais comércios de pequeno**

porte, no evento “**ANIVERSARIO DA CIDADE 2025**”, a ser realizado do dia 10 de maio de 2025 a 12 de maio de 2025, na Arena Multieventos de Primavera do Leste-MT.

1.2 A exploração das atividades de restaurante, bar e lanchonete não gera para a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste qualquer compromisso relacionado com a contratação dos serviços típicos decorrentes desta exploração, reservando-se tão somente o direito de supervisionar a qualidade dos serviços prestados.

1.3. O evento realizar-se-á nos dias especificados no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados especializados nos ramos pertinentes que satisfaçam as condições do objeto deste Edital;

2.2. Caso haja empresas ou pessoas físicas além das quantidades de barracas estipuladas, o desempate será feito por meio de sorteio na presença dos interessados.

2.3. Os interessados em participar dos **Lotes e Itens citados no Termo de Referência** deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, no dia e hora supramencionados no cabeçalho deste Edital, junto ao Setor de Licitação na Prefeitura Municipal de Primavera do Leste;

2.4. São requisitos para o credenciamento, a apresentação dos seguintes documentos originais, para que sua cópia seja autenticada por servidores desta da Comissão:

2.4.1. EM SE TRATANDO DE PESSOA FÍSICA:

- a) Cópia da Carteira de Identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto;
- b) Cópia de documento de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Comprovante de residência, emitido a menos de 60 (sessenta) dias;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto a Prefeitura Municipal
- e) Alvará de Funcionamento em plena validade, exceto para os serviços de brinquedos e ambulantes.
- f) Declarações constantes nos Anexos II a V deste Edital.

2.4.2. EM SE TRATANDO DE PESSOA JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) vigente;

- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Cópia da Carteira de Identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos sócios, diretores ou do proprietário da empresa;
- g) A regularidade perante a Fazenda federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- h) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- i) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- h) Alvará de Funcionamento, exceto para os serviços de brinquedos e ambulantes.
- i) Declarações constantes nos Anexos II a V deste Edital.

2.5. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente ou por servidor componente da comissão para realização deste chamamento público, publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

2.6. Efetivado o Credenciamento, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos;

2.7. Serão aceitas inscrições por meio de terceiros, mediante a apresentação de:

- a) Procuração com firma reconhecida e com a especificação de poderes;
- b) Documento de identidade do procurador;
- c) Cópia do documento de identidade daquele que pretende o credenciamento;

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Estarão Autorizadas a usarem a área as pessoas físicas ou jurídicas que:

- a) Apresentarem corretamente a documentação exigida;

3.2. Poderão participar do Credenciamento pessoas físicas ou jurídicas, que se inscreverem e comprovarem estar habilitadas a prestar os serviços descritos, conforme requisitos exigidos neste instrumento de chamamento, concordando com os valores propostos pelo Município;

3.3. Não poderão participar de presente licitação:

- a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresas, que por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com esta Prefeitura, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- c) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- d) Empresas que possuam entre seus sócios servidores dessa prefeitura;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE-MT;

f) Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

g) Não poderão participar do presente credenciamento empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União;
- Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça.

4. DOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E DE SUA VIGÊNCIA

4.1. Serão credenciados os interessados que se encontrem em situação regular, constatada com a apresentação da documentação exigida, além de atenderem a todas as exigências deste edital;

4.2. A vigência do credenciamento será durante todos os dias do evento;

4.3. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos da autorização e estão vinculados ao **Termo de Referência Anexo I**, que é parte integrante desse Credenciamento;

4.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto da Autorização.

5. DAS IMPUGNAÇÕES E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Não serão acolhidas as impugnações e/ou recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo interessado;

5.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o término do recebimento da documentação, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo;

5.3. Caberá aos Agentes de Licitações, auxiliados pelo Setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta, bem como prestar os devidos esclarecimentos na forma solicitada;

5.4. Se a impugnação ao Edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso o prazo para a formulação da documentação seja afetada, nova data será designada para a abertura dos envelopes e publicado em Diário Oficial mediante Adendos e/ou Avisos;

5.5. Os Agentes de Contratação procederão à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação dos interessados, verificando sua regularidade em sessão pública, conforme a entrega dos mesmos;

5.6. A comissão terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis do recebimento dos envelopes para analisar a solicitação e os documentos necessários, se necessário;

5.7. Constatado o atendimento das exigências editalícias, os interessados serão declarados credenciados, caso não haja interposição de recursos;

5.8. Após a publicação do resultado do julgamento referente ao credenciamento, o interessado poderá interpor recurso no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. O recurso será comunicado aos demais credenciantes que poderão impugná-lo no prazo de 03 (três) dias úteis;

5.9. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

5.10. As razões de impugnação ao edital e de recurso deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas junto aos Agentes de Contratação, impreterivelmente no horário de atendimento, de segunda à sexta, das 07h00min às 13h00min;

6. DOS RESULTADOS E PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

6.1. A divulgação dos credenciados será realizada através do site <https://primaveradoleste.mt.gov.br/>, no ícone “EMPRESA” - Editais e Licitações;

6.2. Os contratos serão elaborados previamente, conforme as datas dos Eventos constantes neste Edital;

6.3. O credenciado será convocado pelo Agente de Contratação para assinatura do Contrato. A Comissão convocará o credenciado para assinar o “Contrato”, no prazo de **03 (três)** dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21;

6.4. Caso o credenciado não atenda à convocação perderá a vez, sendo excluído dos próximos sorteios, até que todos os credenciados tenham sido sorteados;

6.5. Nos casos previstos no item anterior, para suprir a convocação, será realizado novo sorteio;

6.6. O credenciamento não gera para a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste a obrigação de contratar.

6.7 Havendo mais de uma(um) Credenciada(o), todos(as) prestarão os serviços de forma isonômica.

7. DAS AMOSTRAS

7.1. Por se tratar de CREDENCIAMENTO, não haverá necessidade de amostras.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

8.1. O CREDENCIADO deverá fornecer ao CREDENCIANTE, todas as informações relacionadas com o objeto do presente termo de referência.

8.2. Manter preposto, caso necessário, aceito pela CREDENCIANTE, para representá-la no local do objeto

8.3. Providenciar a obtenção da documentação necessária junto às autoridades competentes para que o funcionamento das atividades que serão desenvolvidas esteja dentro das normas legais vigentes, mantendo-as atualizadas. As despesas de todas as licenças e registros que se fizerem necessários é de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO.

8.4. Pagar todas as multas que venham a ser impostas pelos Órgãos competentes em decorrência de não observância de leis ou regulamentos relativos à prestação dos serviços ou atividades que serão desenvolvidas no local;

8.5. Fica expressamente vedado o emprego de quaisquer tipos de propaganda por parte do CREDENCIADO sem a anuência da CREDENCIANTE, sejam estas comerciais, de cunho político, sob pena de incorrer multas contratuais.

8.6. Ademais, o CREDENCIADO deverá disponibilizar ao CREDENCIANTE acesso livre a todas as dependências do local do evento, a fim de que possa realizar suas atividades de fiscalização, bem como àquelas profissionais inerentes ao evento, sem bloqueios e cerceamentos;

8.7. Deverá ser fornecida toda a documentação necessária para atender ao processo.

8.8. Se responsabilizar pelos danos causados diretamente à CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da CREDENCIANTE;

8.9. Responsabilizar-se por todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação de serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

9.1. Modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CREDENCIADO;

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CREDENCIADO, de acordo com as cláusulas contratuais.

9.3. Garantir, durante o tempo de CONCESSÃO, o uso pacífico do objeto deste instrumento

9.4. Rescindir unilateralmente o presente contrato nos casos especificados Lei 14.133/21.

9.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto;

9.6. Comunicar de imediato a contratada os problemas detectados nas dependências do evento, com relação ao objeto licitado.

9.7. Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da concessionária pertinentes ao objeto a ser celebrado.

9.8. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, seus representantes, especialmente designado(s), ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

9.9. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

9.10. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado;

9.11. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;

9.12. Garantir o acesso e a permanência dos empregados do contratado nas dependências do contratante, quando necessário para a execução do objeto do contrato, desde que obedecidas normas de acesso e de segurança;

9.13. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de chamamento de interessados e na legislação; e,

9.14. Não dar ou não ser causa de inadimplemento total ou parcial do contrato.

9.15. Em auxílio ao seu dever de fiscalizar o contrato previsto no inciso I do *caput* deste artigo, e para que possa verificar se os credenciados estão cumprindo pontualmente as suas obrigações, o contratante deverá estabelecer a possibilidade e a forma como os usuários poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços e/ou no faturamento, inclusive disponibilizando canais de comunicação como telefone, e-mail e que serão informados oportunamente aos usuários e ao público em geral.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento dos Itens/Lotes ficará a cargo de cada credenciado de acordo com o descrito no Termo de Referência Anexo I do Presente edital;

10.2. O valor do credenciamento será pago via DAM – Documento de Arrecadação Municipal, emitido em nome do credenciado;

10.3. O comprovante de pagamento deverá ser enviado até às 22h00min de **09/05/2025** à SECULT - Secretaria de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, através do e-mail secultpva@gmail.com.

10.4. Ficará a cargo da secretaria solicitante a entrega no setor de licitações a cópia da DAM emitida e quitada.

11. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

11.1 Não se aplica no presente processo.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal;

12.2. Em conformidade com o art. 156, da Lei n.º 14.133/21 o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total deste contrato;

12.3. A multa prevista no item anterior será descontada dos créditos que a contratada possuir com a PREFEITURA, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

12.4. As eventuais multas aplicadas por força do disposto no item precedente, não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem à CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

12.5. Nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, mediante publicação no Diário Oficial, as seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Primavera do Leste, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

12.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.7. Se o credenciado contratado não recolher a PREFEITURA o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será este objeto de inscrição na Dívida Ativa do Município.

12.8. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Comissão Organizadora do evento, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão juntamente com a Administração.

13.3. São partes integrantes deste Edital:

13.3.1. Anexo I - Termo de Referência

13.3.2. Anexo II - Requerimento para credenciamento;

13.3.3. Anexo III - Modelo de carta de anuência;

13.3.5. Anexo IV - Declaração de aceitação do preço;

13.3.6. Anexo V - Declaração de cumprimento de requisitos legais;

13.3.7. Anexo VI - Minuta de Termo de Contrato;

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Primavera do Leste - MT, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

Primavera do Leste-MT, 23 de abril de 2025.

Regiane Cristina da Silva do Carmo
Superintendente de Licitações

Leopoldino Andre Clericuzi Chagas dos Santos
Secretário de Cultura, Lazer e Juventude

CRENCIAMENTO Nº 005/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 021/2025/SECULT

Em consonância com o modelo disponível pela AGU - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. DO OBJETO E AS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Processo administrativo de **CHAMAMENTO PÚBLICO**, através do procedimento auxiliar de **CRENCIAMENTO** para a concessão de permissão de caráter provisório para pessoas físicas e pessoas jurídicas, com intuito de realizar exploração comercial das áreas da praça de alimentação, bebidas e demais comércios de pequeno porte, no evento “**ANIVERSARIO DA CIDADE 2025**”, a ser realizado no período de 10 de maio de 2025 a 12 de maio de 2025, na Arena Multieventos de Primavera do Leste-MT, em conformidade com os termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelo decreto regulamentar nº11.878, de 09 de janeiro de 2024, decreto nº2405, de 03 de janeiro de 2024 e demais normas aplicáveis, além das exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos vinculados.

LOTE 1 – ÁREA DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DA PRAÇA DE BEBIDAS Especificação: - O espaço disponibilizado será uma tenda de 25m²; - Não poderá vender itens alimentícios; - Haverá fornecimento de energia, sendo, 01 ponto 127v e/ou 01 ponto 220v; - Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação; - O local a serem alocados cada credenciado será definido pela organização do evento.	Ponto	08
2	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO Especificação:	Ponto	08

	<ul style="list-style-type: none"> - O espaço disponibilizado será uma tenda de 25m²; - Poderá vender apenas água ou suco como bebida, demais tipos estão proibidos; - Haverá fornecimento de energia, sendo, 01 ponto 127v e/ou 01 ponto 220v; - O local a serem alocados cada credenciado será definido pela organização do evento. - Os produtos não poderão serem superiores a R\$ 35,00 reais. - É obrigatória a utilização de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos; 		
3	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA COMÉRCIO DE PEQUENO PORTE (AMBULANTES) Especificação: <ul style="list-style-type: none"> - Esse item engloba vendedores individuais ou carrinhos de pequeno porte de: pipoca, cachorro quente, espetinhos, e semelhantes. - Não poderá vender nenhum tipo bebida; - Haverá fornecimento de energia, sendo, 01 ponto 127v e/ou 01 ponto 220v; 	Ponto	06
4	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA COMÉRCIO DE BRINQUEDOS Especificação: <ul style="list-style-type: none"> - Esse item engloba vendedores individuais de: brinquedos portáteis - Haverá fornecimento de energia, sendo, 01 ponto 127v e/ou 01 ponto 220v; 	Ponto	05

1.2. Distribuição de Cotas para Comerciantes de outros municípios:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE TOTAL	COTA MÁXIMA
1	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DA PRAÇA DE BEBIDAS	08	01
2	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	08	01
3	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA COMÉRCIO DE PEQUENO PORTE (AMBULANTES)	06	01

4	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA COMÉRCIO DE BRINQUEDOS	05	01
---	--	----	----

1.3 Desta forma o comerciante de outro Município Pessoa Física ou Jurídica concorrerá a apenas uma unidade do item, e poderá ser credenciado em apenas um item, devendo especificar o item que tem intenção de ser credenciado, sendo vetado o credenciamento para mais de um item e mais de uma unidade por credenciado.

1.4 Da mesma forma a Pessoa Física ou Jurídica, do município poderá ser credenciado em apenas uma unidade e um item, sendo vetado o credenciamento para mais de um item e mais de uma unidade por credenciado.

1.5 No caso de não haver interessado de outro município a cota será sorteada para os credenciados do município.

1.6. Da Taxa para venda eventual ou ambulante;

1.6.1. Foi realizado uma estimativa de custo para cada item, com base na Lei Municipal nº 699 de 20 de dezembro de 2001, na Lei Nº 1484 de 15 de outubro de 2014, que dispõe sobre o Código Tributário de Primavera do Leste, bem como o Decreto 2.527 de 1 de janeiro de 2025 que atualiza o valor da Unidade Padrão Fiscal do Município de Primavera do Leste (UPF) para R\$ 5,20.

1.6.2. TABELA VII - TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA PARA A VENDA EVENTUAL OU AMBULANTE

Especificação	Valor em Unidade Padrão Fiscal
01 - Vendedor ambulante domiciliado fora do Município de Primavera do Leste, com veículo em trânsito de (oito) 8 horas:	
a) Diário.	300
b) Semanal.	600
c) Mensal.	1.200,00
02 - Vendedor ambulante domiciliado fora do Município, sem veículo (por pessoa):	
a) Diário.	100
b) Semanal.	200
c) Mensal.	400
03 - Vendedor ambulante domiciliado no Município, com veículo em trânsito de 8 (oito) horas:	
a) Diário.	10
b) Semanal.	50
c) Mensal.	150
04 - Vendedor ambulante domiciliado no Município, sem veículo (por pessoa):	
a) Diário.	5
b) Semanal.	40
c) Anual.	100

(Redação dada pela Lei nº 1484/2014)

1.6.3. Portanto para o presente processo, considerando os dados tabela VII item 02 b) e item 04 b) da Lei Nº 1484/2014, ficam estipulados da seguinte forma:

Tabela De Custos:

Comerciantes locais - Vendedor ambulante domiciliado no município, sem veículo (por pessoa):					
Item	Item	Qtde de UPF	Valor da UPF	Semanal	V. Total
1	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DA PRAÇA DE BEBIDAS	40	R\$ 5,20	01	R\$ 208,00
2	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	40	R\$ 5,20	01	R\$ 208,00
3	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA COMÉRCIO DE PEQUENO PORTE (AMBULANTES)	40	R\$ 5,20	01	R\$ 208,00
4	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA COMÉRCIO DE BRINQUEDOS	40	R\$ 5,20	01	R\$ 208,00

Comerciantes Fora do Município - Vendedor ambulante domiciliado fora do município, sem veículo (por pessoa):					
Item	Item	Qtde de UPF	Valor da UPF	Semanal	V. Total
1	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DA PRAÇA DE BEBIDAS	200	R\$ 5,20	01	R\$ 1.040,00
2	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	200	R\$ 5,20	01	R\$ 1.040,00
3	EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA COMÉRCIO DE PEQUENO PORTE (AMBULANTES)	200	R\$ 5,20	01	R\$ 1.040,00

1.7. Economia, permitindo políticas públicas que fomentem o desenvolvimento local sustentável.

1.8. O evento “Aniversário da Cidade 2025” trata-se de uma ação de caráter cultural, social e econômico, cuja execução se alinha com os princípios do art. 215 da Constituição, que promove a valorização das expressões culturais, e com o art. 3º da Lei nº 14.133/2021, que rege a atuação da Administração Pública por critérios de interesse público, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável.

Dessa forma, a criação de cota para o credenciamento de comerciantes de fora do município – se justifica por:

1.9. Fomento à economia local: Primordialmente, a medida visa fomentar o empreendedorismo local, garantindo que pequenos comércios, ambulantes e microempreendedores individuais (MEIs) do município tenham condições facilitadas de acesso ao evento, incentivando a geração de renda e a movimentação econômica interna, buscando mitigar desigualdades e ampliar oportunidades para quem já contribui com a economia local de forma regular e permanente, promovendo inclusão econômica e social, e gerando impactos positivos diretos no município, como maior circulação de recursos internamente e fortalecimento de negócios familiares e informais.

1.10. Resguardo do Livre Comércio e da Ampla Concorrência: Ressalta-se que a estruturação em cotas não configura qualquer tipo de exclusão de comerciantes de outros municípios. Pelo contrário, o Termo de Referência expressamente prevê vagas e condições para que esses também possam se credenciar, com regras padronizadas quanto a espaço, higiene, tipos de produtos e limites de preço. Dessa forma, está assegurado o princípio da igualdade de condições entre os interessados, conforme disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal. A distribuição de cotas máxima para comerciantes de outros municípios não visa impedir a participação, mas sim criar um instrumento de incentivo a quem já reside, gera empregos, paga tributos e atua no comércio do município de forma permanente. Trata-se, portanto, de medida de interesse público e compatível com os princípios da livre iniciativa, da concorrência leal e da atuação responsável da Administração Pública na promoção do desenvolvimento econômico local

1.11. Não exclusão de terceiros: Ao manter a possibilidade de credenciamento de comerciantes de outros municípios, ainda que o número de comerciantes de fora do município reduzido, o município garante o livre acesso e não impede a participação de nenhum interessado, respeitando o princípio da ampla competitividade conforme o art. 78 da Lei 14.133/2021. Nos termos do Decreto Municipal nº 2.405/2024, o procedimento de credenciamento adotado é justificado por se tratar de contratação paralela e não excludente, ou seja, com múltiplos interessados podendo prestar os mesmos serviços de forma simultânea e sob condições semelhantes. Essa modalidade garante a não concentração de benefícios econômicos em um único agente e amplia a oferta de serviços ao público.

1.12. Nos termos do Decreto Municipal nº 2.405/2024, o procedimento de credenciamento adotado é justificado por se tratar de contratação paralela e não excludente, ou seja, com múltiplos interessados podendo prestar os mesmos serviços de forma simultânea e sob condições semelhantes. Essa modalidade garante a não concentração de benefícios econômicos em um único agente e amplia a oferta de serviços ao público.

1.13. Condições padronizadas e paralelas: Conforme o Decreto Municipal nº 2.405/2024, o credenciamento é cabível em contratações “paralelas e não excludentes”, o que é exatamente o caso, visto que os critérios são os mesmos para todos (área, regras de higiene, preços máximos de produtos etc.)

Interesse público e função social do evento: O evento “Aniversário da Cidade 2025” possui notório caráter público, cultural e econômico. As decisões administrativas que o envolvem

devem observar não apenas os aspectos legais e técnicos, mas também sua finalidade social, ou seja, a maximização dos benefícios à população e à economia local. O incentivo aos comerciantes locais é, nesse contexto, medida estratégica e amparada no princípio da razão ôntica da Administração Pública. O Termo de Referência explicita que o objetivo do evento vai além da geração de receita, buscando estimular a economia local, garantir diversidade de serviços ao público e valorizar a cultura e o empreendedorismo regional. Tais finalidades são legítimas e prioritárias na condução de políticas públicas.

1.14. Conclusão: A separação dos lotes com diferença de valores entre comerciantes locais e de outros municípios é plenamente legal, razoável e justificada, foi feito uma estimativa de custo para cada item, com base no anexo VII (TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA PARA A VENDA EVENTUAL OU AMBULANTE) da Lei Ordinária nº 699, de 20 de dezembro de 2001. Ela não restringe a participação, mas fortalece a inclusão econômica dos agentes locais, garantindo condições equânimes para todos os interessados, promovendo, simultaneamente, o livre comércio e o desenvolvimento da economia de Primavera do Leste.

Os objetos deste processo são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto deste processo não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da permissão **será entre os dias 10 de maio de 2025 a 12 de maio de 2025**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O “ANIVERSARIO DA CIDADE 2025” é um evento tradicional e de grande relevância para o município de Primavera do Leste. Ele reúne uma diversidade de manifestações culturais, artísticas, turísticas e de lazer, voltadas à população local e regional. Primavera do Leste, caracterizado por sua riqueza cultural e pela diversidade resultante da migração de pessoas de diferentes regiões do país, apresenta um crescimento demográfico constante, ano após ano. Esse crescimento impulsiona demandas crescentes no setor cultural, o que, por sua vez, reflete diretamente em outras áreas, como a econômica, gerando significativa movimentação de capital dentro do município e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia local.

Diante desse cenário, e em conformidade com os preceitos da Constituição Federal de 1988, especialmente o disposto no caput do artigo 215 e nos demais dispositivos do capítulo III, seção II, este processo administrativo visa não apenas assegurar o acesso às expressões culturais nacionais, mas também fomentar e valorizar as múltiplas manifestações culturais que compõem o tecido social de nossa comunidade.

Nesse contexto, o credenciamento de ambulantes para o evento se apresenta como uma medida necessária e estratégica, uma vez que organiza a oferta de serviços e produtos durante o “ANIVERSARIO DA CIDADE 2025”. Essa regulamentação permite assegurar a qualidade e a segurança no atendimento à população, além de fomentar oportunidades de geração de renda para pequenos empreendedores locais. Ao estabelecer critérios claros para o credenciamento, o município promove a equidade no acesso às oportunidades de comercialização, incentiva o fortalecimento da economia informal de forma estruturada e contribui para o sucesso do evento como um todo, reforçando seu impacto positivo na comunidade.

Por fim, em se tratando de um evento que promove a atividade econômica, cultural, turística e de lazer do município, observa-se, de pronto, que o contrato administrativo oriundo desta, está devidamente motivada, bem como indicada a expressa finalidade pública a qual será atendida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Das estruturas da praça de alimentação e bebida

A área será composta por tendas de 25m² para venda exclusiva de gêneros alimentícios e bebidas, medindo 5x5 metros;

A coleta de lixo será realizada todos os dias às 08h00, ou sempre que houver necessidade, devendo O CREDENCIADO depositar o lixo em local adequado, acondicionados em sacos próprios.

A ligação elétrica será realizada pela CREDENCIANTE, bem como haverá um eletricista de plantão durante os dias do evento para sanar as divergências que possam acontecer.

3.1.1. Para cada ponto, será disponibilizado tomadas com tensão 127v e 220v, porém, será priorizado a ligação de equipamentos 220v para maior eficiência do sistema elétrico;

Todos os encargos sociais e trabalhistas, salários, horas-extras, alimentação, alojamento, impostos, transportes, segurança, EPIs, seguros e demais custos/gastos inerentes a execução do objeto será de responsabilidade do CREDENCIADO.

Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida, sempre solicitar o documento de identificação;

Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro;

Após o encerramento das atividades do evento, o CREDENCIADO deverá encerrar suas vendas.

Não poderá acoplar carrinhos fora da tenda, bem como não poderá qualquer extensão que ultrapose o limite da tenda.

Deverá colocar lixo próprio para uso da população à frente de cada tenda.

O CREDENCIADO deverá ser responsável pela placa de proibição e vendas de bebidas alcoólica para pessoas menores de 18 anos.

Das vendas da praça de alimentação e bebidas

Os valores máximos a serem cobrados do consumidor deverão ser comunicados à Administração em até 05 (cinco) dias antes do início das festividades, que poderá intervir nos preços praticados, evitando-se a prática de preços abusivos.

Os valores máximos cobrados pelos CREDENCIADOS, para bebidas, deverá ser:

DAS BEBIDAS		
ITEM	OBRIGATÓRIO OU OPCIONAL	VALOR UNITÁRIO
Cerveja - lata 269ml (Skol Pilsen, Brahma Chopp, Antarctica Pilsen E Original Pilsen)	OBRIGATÓRIO	R\$ 6,00
Cerveja - lata 269ml (Budweiser, Stella Artois, Spaten, Petra, Heineken e Amstel)	OPCIONAL	R\$ 10,00
Refrigerante - lata 269ml (Coca Cola, Sprite, Fanta Sabores, Guaraná Poty, Guaraná Antarctica, Pepsi)	OBRIGATÓRIO	R\$ 5,00

Água mineral garrafa de 500ml <i>(Lebrinha, puríssima)</i>	OBRIGATÓRIO	R\$ 4,00
Outros tipos de bebida de até 500ml <i>Bebidas que não constam na lista, porém, venham a ser disponibilizadas</i>	OPCIONAL	R\$20,00

DAS COMIDAS		
ITEM	OBRIGATÓRIO OU OPCIONAL	VALOR UNITÁRIO
Porções de carne <i>Sendo de carne vermelha e carne branca, de até 300 gramas.</i>	OPCIONAL	R\$ 35,00
Porção de batata frita <i>Até 500 gramas.</i>	OPCIONAL	R\$ 25,00
Lanches de até 500g <i>X salada, X bacon, X calabresa, X frango, e demais opções.</i>	OPCIONAL	R\$ 30,00
Cachorro-quente tradicional <i>Pão com no mínimo 15cm, contendo maionese, molho, 1 salsicha, vinagrete, milho, ervilha e batata palha.</i>	OPCIONAL	R\$ 12,00
Pastel <i>Mínimo quatro sabores (carne, queijo, pizza e chocolate) e ter um tamanho mínimo de 15cm x 7cm.</i>	OPCIONAL	R\$10,00
Espetinho assado <i>Sendo de carne vermelha e carne branca com no mínimo 150 gramas.</i>	OPCIONAL	R\$10,00
Churros ou crepes <i>No mínimo 2 sabores, com tamanho mínimo de 15cm.</i>	OPCIONAL	R\$10,00
Outros tipos de comida <i>Comidas que não constam na lista, porém, venham a ser disponibilizadas</i>	OPCIONAL	R\$ 30,00

O CREDENCIADO assumirá toda a responsabilidade pela:

3.1.2. Comercialização de bebidas alcóolicas e não alcóolicas dentro do recinto do evento;

3.1.3. Gerenciar o seu ponto de alimentação e/ou bebida durante a realização do evento, sendo de sua competência a venda, distribuição, refrigeração, disponibilização de troco, bem como respeitar a legislação vigente quanto a comercialização de bebidas alcoólicas.

3.1.3.1. Garantir o pagamento dos produtos na forma de:

- 3.1.3.1.1. Cartão Crédito ou débito;
- 3.1.3.1.2. Via PIX ou transferência bancária; e
- 3.1.3.1.3. Em dinheiro;

3.1.4. Responsabilizar-se pelo ponto de internet (via fibra ou a rádio) da praça de alimentação e/ou bebidas, a fim de garantir o acesso dos equipamentos de pagamento (máquinas de cartões).

3.1.5. Os custos da implantação dos equipamentos necessários ao fornecimento das bebidas serão de responsabilidade do CREDENCIADO, bem como a montagem de estandes, que deverão ser de acordo com a decoração previamente aprovado pela Comissão Organizadora.

3.1.6. O abastecimento de bebidas, gêneros alimentícios, bem como a entrada para manutenção de estoque de distribuição deverá ser realizado no período diurno que antecede a abertura dos portões do evento do Município.

3.1.7. Serão de responsabilidade do CREDENCIADO, o transporte, montagem, desmontagem, operação, instalação, bem como os equipamentos necessários para a refrigeração e conservação das bebidas. Todo material utilizado no evento, deverá ser retirado do Recinto em até 03 (três) dias após seu encerramento.

3.1.8. O credenciado deverá ser responsável pelos extintores de incêndio de 6 quilos ABC, das placas de incêndio determinada pelo projeto de Pânico e Incêndio, luz de emergência, bem com a placa de proibição de vendas de bebidas alcoólica para pessoas menores de 18 anos.

3.1.9. O CREDENCIADO vencedor será a única e exclusivamente responsável por acidentes/prejuízos advindos do presente processo, devendo por isso, zelar pelas normas de segurança do trabalho e uso dos materiais e equipamentos obrigatórios pela legislação.

3.1.10. Será responsável igualmente pela disciplina e ordem de seu pessoal, fazendo cumprir a execução dos serviços com o uso de equipamentos de proteção individual. Todos deverão trabalhar uniformizados e identificados com coletes.

3.1.11. É expressamente proibida a venda de bebidas não autorizadas pela Comissão Organizadora do evento.

3.1.12. A comercialização das bebidas será fiscalizada pela Vigilância Sanitária de modo a evitar a venda de bebidas falsificadas ou com prazo de vencimento expirado, sujeitando-se ao CREDENCIADO, às sanções administrativas e legais cabíveis.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se no processo administrativo de chamamento público, por meio do procedimento auxiliar de credenciamento, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, bem como pelo Decreto nº 2.405, de 03 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis.

O objeto do presente chamamento público é a concessão de permissão de caráter provisório para pessoas físicas e jurídicas, com o objetivo de realizar a exploração comercial das áreas destinadas à praça de alimentação, bebidas e demais comércios de pequeno porte no evento “PRIMAFOLIA 2025”, a ser realizado no período de 28 de fevereiro de 2025 a 04 de março de 2025, na Arena Multieventos de Primavera do Leste-MT.

A fundamentação legal para este procedimento encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no artigo 78, que trata dos procedimentos auxiliares no âmbito das contratações públicas, incluindo o credenciamento, garantindo a transparência e a ampla competitividade.

O Decreto nº 2.405/2024, por sua vez, dispõe sobre as normas locais aplicáveis no município de Primavera do Leste-MT, regulamentando eventos públicos e o uso de espaços públicos para fins comerciais, assegurando a gestão eficiente dos recursos e instalações públicas.

O presente credenciamento está amparado no inciso I do artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.405/2024, sendo cabível na hipótese de contratações paralelas e não excludentes. Nesse caso, é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, de forma a garantir a ampliação da oferta de serviços e assegurar a eficiência e a qualidade no atendimento ao público durante o evento. Ainda que o rol do caput contemple outras hipóteses de credenciamento, o presente procedimento justifica-se plenamente

pela possibilidade de contratação paralela e pela necessidade de atender ao grande fluxo de público previsto para o “ANIVERSARIO DA CIDADE 2025”.

Este processo administrativo atende aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, bem como aos princípios específicos da contratação pública definidos na Lei nº 14.133/2021. O credenciamento será realizado de acordo com os critérios e exigências estabelecidos neste instrumento e seus anexos, garantindo ampla publicidade e transparência, de modo a assegurar a igualdade de condições a todos os interessados e a qualidade dos serviços prestados ao público durante o evento.

A iniciativa tem como finalidade fomentar o empreendedorismo local, promover a organização eficiente do evento “ANIVERSARIO DA CIDADE 2025” e assegurar a exploração ordenada das áreas comerciais da Arena Multieventos de Primavera do Leste-MT, proporcionando benefícios ao público e aos pequenos empreendedores que participarão do evento.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1.1. Para a correta execução dos serviços abrangentes deste termo de referência, os serviços deverão seguir as condições e critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação não haverá indicações, visto o teor do objeto.

Da vedação de contratação de marca ou produto

Na presente contratação não haverá indicações, visto o teor do objeto:

Da exigência de amostra

Na presente contratação não haverá exigência de amostras, visto o teor do objeto.

Da exigência de carta de solidariedade

Na presente contratação não haverá exigência de amostras, visto o teor do objeto.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

O objeto deste processo deverá ser fornecido no seguinte endereço: Na Arena Multieventos, localizada na Avenida Gutierrez, esquina com a Rua Potenza – Parque das Águas, Primavera do Leste - MT, 78850-000; Coordenadas: 15°32'00.1"S 54°18'50.7"W.

Entre o período de 10 de maio a 12 de maio de 2024.

Garantia, manutenção e assistência técnica

Na presente contratação não haverá exigência de Garantia, manutenção e assistência técnica, visto o teor do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, sendo o responsável por esse processo DIONATHAN FELIPE DA SILVA SILVEIRA, portaria nº207/2025.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CREDENCIADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CREDENCIANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

7.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CREDENCIADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

O CREDENCIADO deverá fornecer ao CREDENCIANTE, todas as informações relacionadas com o objeto do presente termo de referência.

Manter preposto, caso necessário, aceito pela CREDENCIANTE, para representá-la no local do objeto

Providenciar a obtenção da documentação necessária junto às autoridades competentes para que o funcionamento das atividades que serão desenvolvidas esteja dentro das normas legais vigentes, mantendo-as atualizadas. As despesas de todas as licenças e registros que se fizerem necessários é de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO.

Pagar todas as multas que venham a ser impostas pelos Órgãos competentes em decorrência de não observância de leis ou regulamentos relativos à prestação dos serviços ou atividades que serão desenvolvidas no local;

Fica expressamente vedado o emprego de quaisquer tipos de propaganda por parte do CREDENCIADO sem a anuência da CREDENCIANTE, sejam estas comerciais, de cunho político, sob pena de incorrer multas contratuais.

Ademais, o CREDENCIADO deverá disponibilizar ao CREDENCIANTE acesso livre a todas as dependências do local do evento, a fim de que possa realizar suas atividades de fiscalização, bem como àquelas profissionais inerentes ao evento, sem bloqueios e cerceamentos;

Deverá ser fornecida toda a documentação necessária para atender ao processo.

Se responsabilizar pelos danos causados diretamente à CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não

excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da CREDENCIANTE;

Responsabilizar-se por todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação de serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

Modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CREDENCIADO;

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CREDENCIADO, de acordo com as cláusulas contratuais.

Garantir, durante o tempo de PERMISSÃO, o uso pacífico do objeto deste instrumento

Rescindir unilateralmente o presente contrato nos casos especificados Lei 14.133/21.

Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto;

Comunicar de imediato a contratada os problemas detectados nas dependências do evento, com relação ao objeto licitado.

Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da concessionária pertinentes ao objeto a ser celebrado.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CREDENCIADO que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao CREDENCIADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.1.9. Advertência, quando o CREDENCIADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.1.10. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.1.11. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.1.12. Multa.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREDENCIANTE.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CREDENCIANTE ao CREDENCIADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CREDENCIADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.1.13. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na ficha de credenciamento.

10.1.14. Os endereços de e-mail informados na ficha de credenciamento serão considerados de uso contínuo da CREDENCIANTE, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.1.15. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.1.16. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.1.17. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.1.18. Os danos que dela provierem para o CREDENCIANTE; e
- 10.1.19. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do CREDENCIADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CREDENCIADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O CREDENCIANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do CREDENCIADO para com a Administração CREDENCIANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CREDENCIADO possua com o mesmo órgão ora CREDENCIANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Na presente contratação não haverá recebimento, visto o teor do objeto.

Liquidação

Na presente contratação não haverá liquidação, visto o teor do objeto.

Prazo e forma de pagamento

O pagamento da DAM (Documento de Arrecadação Municipal) deverá ser efetuado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados sua emissão, após o devido sorteio dos CREDENCIADOS, valendo como prova da quitação o respectivo recibo do pagamento. (pagamento deverá ser obrigatoriamente efetuado antes do início do evento), podendo ser desabilitado caso descumprimento.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O CREDENCIADO será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento por sorteio, realizado no dia e horário agendado pelo setor de licitações, com a presença de todos os interessados.

O presente credenciamento encontra respaldo no Decreto Municipal nº 2405, de 03 de janeiro de 2024, que regulamenta os credenciamentos municipais, sendo:

“Art. 3º O credenciamento é cabível nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;”

Em especial, o inciso I do referido decreto estabelece que o credenciamento é cabível quando se tratar de contratação paralela e não excludente, ou seja, quando for viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas. Isso se alinha perfeitamente com o ANIVERSARIO DA CIDADE 2025, permitindo que múltiplos comerciantes operem no evento de maneira semelhante, vendendo bebidas ou alimentos, garantindo assim uma ampla oferta de serviços e evitando a concentração comercial em um único agente econômico.

Forma de fornecimento

Na presente contratação não haverá fornecimento, visto o teor do objeto.

Exigências de habilitação

Para interessado pessoa física:

12.1.1. Carteira de Identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto;

12.1.2. Documento de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

12.1.3. Comprovante de residência, emitido a menos de 60 (sessenta) dias da publicação deste edital;

12.1.4. Certidão Negativa de Débitos junto a Prefeitura Municipal;

12.1.5. Alvará de localização ou documento equivalente, emitido a mais de 30 (sessenta) dias da publicação deste edital;

12.1.6. Atestado (s) de Capacidade Técnico: Atestado fornecido por entidade(s) /empresa(s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou os serviços com características pertinentes e compráveis, contendo fotos dos serviços já fornecidos, com reconhecimento de firma.

Para interessado pessoa jurídica:

12.1.7. Registro Comercial, no caso de empresário individual

12.1.8. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

12.1.9. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

12.1.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) vigente;

12.1.11. Cópia da Carteira de Identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos sócios, diretores ou do proprietário da empresa;

12.1.12. A regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

12.1.13. Alvará de funcionamento ou documento equivalente, emitido a mais de 60 (sessenta) dias da publicação deste edital;

12.1.14. a) Atestado (s) de Capacidade Técnico: Atestado fornecido por entidade(s) /empresa(s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou os serviços com características pertinentes e compráveis, contendo fotos dos serviços já fornecidos, com reconhecimento de firma.

12.1.15. aos itens estabelecidos neste Termo de Referência

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Efetivado o Credenciamento, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos;

Serão aceitas inscrições por meio de terceiros, mediante a apresentação de:

12.1.16. Procuração com firma reconhecida e com a especificação de poderes;

12.1.17. Documento de identidade do procurador;

12.1.18. Cópia do documento de identidade daquele que pretende o credenciamento;

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Na presente contratação não haverá valor de estimativa, visto o teor do objeto, que não engloba a compra ou aquisição de bem ou serviço.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente instrumento terá os valores destinados à conta de recursos específicos da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, através de uma DAM de pagamento, emitido pelo setor da Secretaria Municipal de Fazenda.

A ficha usada será da Receita Orçamentária: 1.3.1.1.02.0.1.00.00.00 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos, e Fonte: 1.500 - Recursos Não Vinculados.

Está previsto uma arrecadação de R\$ 1.200,00 (Mil e Duzentos Reais).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

CREDENCIAMENTO Nº 005/2025
ANEXO II
REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

AO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE – MT:

O INTERESSADO, ABAIXO QUALIFICADO, REQUER SUA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO PARA A CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE CARÁTER PROVISÓRIO PARA PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS, COM INTUITO DE REALIZAR **EXPLORAÇÃO COMERCIAL DAS ÁREAS DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E DEMAIS COMÉRCIOS DE PEQUENO PORTE**, NO EVENTO “ANIVERSÁRIO DA CIDADE 2025”, NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 005/2025.

Razão social/ Nome:

CI / RG (representante legal):

CPF (representante legal):

Endereço:

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Email: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Profissional Responsável:

C.I/ RG: _____ CPF: _____

Nome legível do requerente:

Primavera do Leste - MT, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Requerente

**CREDENCIAMENTO Nº 005/2025
ANEXO III
MODELO DE CARTA DE ANUÊNCIA**

Primavera do Leste - MT, _____ de _____ de 2025.

À

Prefeitura Municipal de Primavera do Leste

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO PARA A CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE CARÁTER PROVISÓRIO PARA PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS, COM INTUITO DE REALIZAR **EXPLORAÇÃO COMERCIAL DAS ÁREAS DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E DEMAIS COMÉRCIOS DE PEQUENO PORTE**, NO EVENTO “**ANIVERSÁRIO DA CIDADE 2025**”, NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 005/2025.

Eu, _____, abaixo assinado, RG nº _____,

_____, CPF nº _____, residente e domiciliado

na Rua / Av. _____, nº _____, Bairro

_____, Cidade de _____, (se for o caso),

representante do/dos credenciado(s): _____

_____, tenho pleno

conhecimento do credenciamento e das exigências contidas no respectivo edital proposto pela

Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT.

Assinatura do Representante

**CREDENCIAMENTO Nº 005/2025
ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO PREÇO**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE – MT

Declaramos para os devidos fins que concordamos em aceitar o espaço para
exploração comercial constante no(s) **Lote(s) nº** _____,

Item(s) nº _____ do Edital de Chamamento Público

para Credenciamento nº 005/2025, **pelo valor de R\$** _____

conforme programação do calendário de eventos de 2025 da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT.

Primavera do Leste - MT, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal

CREENCIAMENTO Nº 005/2025

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

À

Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT.

Ref.: Credenciamento nº 005/2025.

Nome da Empresa
ou Pessoa Física

CNPJ ou CPF Nº

Sediada na Rua _____, nº. _____

Bairro _____, CEP _____

Município de _____,

Por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital do Credenciamento nº 005/2025 – Prefeitura de Primavera do Leste - MT. DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste /MT, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).
- Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do Credenciamento, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE-MT.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.

Primavera do Leste - MT, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal
CRENCIAMENTO Nº 005/2025

**ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO PARA AUTORIZAÇÃO DE
EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ALIMENTAÇÃO NO
EVENTO “38º ANIVERSÁRIO DE PRIMAVERA 2024”,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

A Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, inscrita no CNPJ sob o nº 01.974.088/0001-05, sediado em Primavera do Leste/MT, no Centro, na Rua Maringá nº 444, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **SERGIO MACHNIC**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. 18XXXX7, inscrito no CPF sob o n. 387.XXX.XXX-15, residente e, neste município, a seguir denominada PERMITENTE, **XXXXXXXXXXXXXX**, portadora do CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, situada na Avenida XXXXXXXX, nº XXXX, Jardim XXXX, neste Município, a seguir denominada PERMISSONÁRIA, conforme Edital de Credenciamento nº 005/2025 e seus anexos celebram o presente Termo de Contrato, realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas modificações bem como outras normas vigentes relacionadas com o objeto, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste, o **Processo administrativo de CHAMAMENTO PÚBLICO**, através do **procedimento auxiliar de CRENCIAMENTO** para a concessão de permissão de caráter provisório para pessoas físicas e pessoas jurídicas, com intuito de realizar exploração comercial das áreas da praça de alimentação, bebidas e demais comércios de pequeno porte, no evento “ANIVERSARIO DA CIDADE 2025”, a ser realizado no período de 10 de maio de 2025 a 12 de maio de 2025, na Arena Multieventos de Primavera do Leste-MT, em conformidade com os termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelo decreto regulamentar nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, decreto nº 2405, de 03 de janeiro de 2024 e demais normas aplicáveis, além das exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos vinculados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. Integram o presente Termo, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

2.1.1. Edital Credenciamento, com todos os seus anexos;

2.1.2. Proposta Comercial da Permissionária.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VINCULAÇÃO

3.1. Este contrato guarda conformidade com o Credenciamento nº 005/2025, e seus anexos, vinculando-se, ainda, à proposta de preços da contratada, à nota de empenho e demais documentos

constantes, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente Termo de Autorização é de **10/05/2025 a 12/05/2025**, sendo exclusiva ao período de realização do evento.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DE REMUNERAÇÃO PELA AUTORIZAÇÃO

4.1. A Permissionária deverá pagar a DAM - Documento de Arrecadação Municipal à PREFEITURA, no valor de **R\$ xxxxxx (xxxxxx)**, correspondente à exploração do espaço comercial descritos nos itens de nº xxx nº xxx do Lote de nº xxx, do Credenciamento nº 005/2025 no período do evento.

CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A detentora da Autorização de Uso do espaço público deverá recolher aos cofres da Fazenda Municipal, até o dia **XX/XX/XXXX**, a importância pactuada entre as partes.

5.2. O comprovante do pagamento deverá ser enviado à SECULT, através do e-mail secultpva@gmail.com até às **17h00min da data XX/XX/XXXX**.

5.3 Sobre a Dotação Orçamentária: **O Termo de Referência - Anexo I, diz que: Não haverá necessidade de dotação, pois o objeto do contrato será como contrapartida em contratação de serviços.**

CLÁUSULA SEXTA: CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

6.1. O evento será realizado a partir das **18h00min de 10/05/2025 até às 02h00min de 12/05/2025**.

6.2. Não será permitido a afixação de marca e/ou patrocínio de quaisquer produtos, salvo os casos previstos nos itens em que a Permissionária está credenciada.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO

7.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

7.2. Manter, durante toda a exploração em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

7.3. Não divulgar nenhuma publicidade sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, fora do pactuado e permitido no edital do Credenciamento nº 005/2025.

7.4. Cumprir todas as leis que regem o seguimento.

7.5. Ter condições que possibilitem a execução do objeto, a partir da data de assinatura deste Termo.

7.6. Responder civil e penalmente, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Estado ou a terceiros, tendo como agente a Permissionária, na pessoa de prepostos ou estranhos.

7.7. Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas ao Estado por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do Termo, de Lei ou regulamento aplicável à espécie, por parte da Permissionária.

CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DO PERMITENTE

8.1. Constitui obrigação do PERMITENTE garantir o uso dos espaços públicos por ele definidos, nos termos do Anexo I do edital do processo do qual se originou a autorização ora outorgada.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

- f) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- h) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- j) Cometer fraude fiscal;

9.2. Em conformidade com o art. 156, da Lei n.º 14.133/21, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de 20% (vinte por cento) do valor total deste contrato;

9.3. A multa prevista no item anterior será descontada dos créditos que a contratada possuir com a PREFEITURA, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

9.4. As eventuais multas aplicadas por força do disposto no item precedente, não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem à CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

9.5. Nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, mediante publicação no Diário Oficial, as seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Primavera do Leste, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

9.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da

ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

9.7. Se o credenciado contratado não recolher a PREFEITURA o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será esta objeto de inscrição na Dívida Ativa do Município.

9.8. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA: RESCISÃO

10.1. O presente contrato será desfeito, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das condições impostas no presente Termo;
- b) Prática de atos que venham a gerar descrédito perante o mercado consumidor e a clientela, bem ainda de atos que dêem mostras de insolvência nos negócios, ainda que parcialmente;
- c) O evento descrito na cláusula primeira não se realize, por qual quer que seja sua razão.
- d) Mútuo acordo entre as partes;
- e) Por força maior ou caso fortuito, que impeça o cumprimento das condições assinaladas na presente autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A tolerância da Permitente com qualquer atraso ou inadimplência, por parte da Permissionária, não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação;

11.2. É vedado à Permissionária sublocar total ou parcialmente o Termo.

11.3. Serão aplicadas a este termo, notadamente aos casos omissos, as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e posteriores alterações e, subsidiariamente, pela Lei Civil.

11.4 Este Credenciamento não gera vínculo empregatício entre a Credenciada e a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: PUBLICAÇÃO

12.1. A publicação do extrato do presente termo no "Diário Oficial do Município - DIOPRIMA" correrá por conta e ônus da Permitente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Primavera do Leste - MT, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente

SMAD
Secretaria
Municipal de
Administração



PREFEITURA DE
**Primavera
do Leste**

P.M. PVA DO LESTE
C.P.L.

Fls. nº _____

Rub. _____

instrumento.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Primavera do Leste - MT, ZZ de ZZZZ de ZZZZ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE
PERMITENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

Nome Completo
CPF:

Nome Completo
CPF: